

Capítulo 5

O PROGRAMA AGENTES COMUNITÁRIOS DE DESENVOLVIMENTO DA CRESOL ÁGUAS MORNAS (SC)

Stéfani Tamara Pérez
Fábio Luiz Búrigo
Pablo Imen

INTRODUÇÃO

Em todos os continentes, o movimento cooperativista segue orientações definidas em 1844, em Rochdale, Inglaterra, quando um grupo de pioneiros constituiu uma cooperativa de consumo baseada em valores e princípios (FILHO, 2002). Tais princípios são atualizados periodicamente em congressos internacionais. Em 1995, em Manchester, os princípios sofreram sua última revisão e passaram a ter a seguinte redação: 1) Adesão voluntária e livre; 2) Gestão democrática; 3) Participação econômica dos membros; 4) Autonomia e independência; 5) Educação, formação e informação; 6). Intercooperação e; 7) Interesse pela comunidade. No mesmo Congresso, o quinto princípio foi assim detalhado: as cooperativas promovem educação e formação dos seus membros, representantes eleitos e trabalhadores, de forma que estes possam contribuir para o desenvolvimento da cooperativa. Informam o público em geral, principalmente os jovens e os líderes de opinião, sobre a natureza e as vantagens da cooperação (ALIANÇA COOPERATIVA INTERNACIONAL, 2020). Considerado a regra de ouro do cooperativismo, o princípio da educação, formação e informação conforma três elementos distintos, mas que se articulam entre si e pelos quais o sistema cooperativo perpetua todos os demais princípios, como também promove seus valores, ideologia e prima pelo desenvolvimento econômico e social de seus sócios (FERREIRA; SILVA, 2015).

As propostas educativas no movimento cooperativo devem contemplar algumas variáveis extrapedagógicas que dão inteligibilidade ao projeto educativo, para compreender seu sentido, seus princípios e seus fins e sua metodologia. Embora não seja uma regra geral entre os estudiosos da educação, seguindo a redação do quinto princípio, as organizações cooperati-

vistas fazem distinções claras entre um programa de natureza educacional e um voltado à formação. De acordo com essa orientação, a formação trabalha o conhecimento técnico e objetivo, voltado para um fim. Já a educação proporciona, além do conhecimento técnico, reflexões sobre a realidade dos educandos – na maioria dos casos o alvo dessas ações educativas são os cooperados, mas podem haver situações envolvendo outros públicos beneficiários – e de seu meio, o que a aproxima do sétimo princípio cooperativista: a preocupação com a comunidade.

Para diferenciar-se dos bancos comerciais, uma cooperativa de crédito precisa praticar o que se define como “finanças de proximidade” (SERVET; VALLAT, 2001). Uma das estratégias para alcançar essa aproximação é fortalecer a organização do quadro social e a participação dos cooperados na vida da cooperativa. Nesse sentido, é importante analisar como os programas de educação / formação abordam o tema da participação do cooperado e se preocupam com o desenvolvimento das comunidades.

O programa Agentes Comunitários de Desenvolvimento (programa Agentes) foi criado em 2000 pela Central de Cooperativas de Crédito com Interação Solidária (Cresol Baser) e seu coligado, o Instituto de Formação do Cooperativismo Solidário (Infocos), hoje denominado de Cresol Instituto¹. O programa Agentes operou durante quase duas décadas e teve apoio financeiro das cooperativas de primeiro grau da Baser, as chamadas “singulares”. Seu objetivo era constituir-se como elemento de aproximação entre o quadro social e a direção, entre a comunidade e a cooperativa, como também estimular a participação dos associados e formar lideranças. O Programa chegou a envolver 1300 líderes por ano, denominados de agentes, selecionados entre agricultores, empreendedores, autônomos, servidores públicos e outros cooperados. Mesmo tendo uma ação abrangente, o Programa foi extinto em 2019, no mesmo momento em que o Sistema Cresol efetuou uma reestruturação do Cresol Instituto, especialmente das ações que tinham relação mais direta com as comunidades rurais e com os seus associados.

Uma das singulares que aplicou o Programa Agentes foi a Cresol Águas Mornas, hoje denominada Cresol Vale Europeu². Em abril de 2020,

1 As duas organizações estão sediadas no município de Francisco Beltrão, no Estado do Paraná (Brasil).

2 Quando aplicada a pesquisa de campo (2017), a Cresol Águas Mornas estava iniciando um processo de união com outras 04 cooperativas singulares e possuía no seu quadro social cerca de 8 mil cooperados (antes da união ser concluída). No entanto, o processo de união das cooperativas não é foco deste trabalho.

a Vale Europeu contava com um total de 25 mil cooperados, distribuídos em 32 agências de relacionamento. Sua área de abrangência alcançava 98 municípios, quase todos situados em Santa Catarina. Tais números tornaram a Vale Europeu a segunda maior singular da Central Baser.

A partir das bases conceituais que lhe dão inspiração e das práticas pedagógicas adotadas, as iniciativas em educação podem caminhar numa direção crítica e transformadora do meio social, ou tornarem-se um meio de reprodução de relações sociais pré-existentes. Seguindo nessa direção, como avaliar se os processos de educação/formação desenvolvidos por uma organização cooperativa estão gerando transformações pessoais e sociais no meio social onde ela está inserida?

Este trabalho tem como objetivo discutir os processos de educação/formação cooperativista na ótica da transformação social, à luz de concepções pedagógicas e sua relação com as práticas adotadas. Para tanto, toma como base empírica de estudo o Programa Agentes Comunitários de Desenvolvimento, desenvolvido entre 2000 e 2018 pela Cresol Águas Mornas.

Em termos metodológicos, o trabalho apresenta um caráter qualitativo, baseado num estudo de caso. Além da revisão bibliográfica, a investigação se debruçou sobre documentos institucionais (projetos, relatórios, cartilhas, manuais, vídeos etc.) obtidos na Cooperativa, no Cresol Instituto e na sede da Cresol Baser. Durante aproximadamente três meses efetuou-se visitas exploratórias junto à sede da Cooperativa, o que permitiu observar o funcionamento do Programa e realizar conversas informais com dezenas de pessoas (dirigentes, funcionários e associados) direta ou indiretamente envolvidas com a iniciativa. Após o período exploratório, foram executadas treze entrevistas formais, guiadas por questionários semiestruturados. Um total de sete agentes foi arguido, entre os doze que participavam do Programa naquele momento. Todos os entrevistados eram agricultores familiares ou possuíam vínculos com a agricultura. Outras seis entrevistas abrangiam idealizadores do Programa que trabalhavam na Baser e no Cresol Instituto, em funções de coordenação do Programa. As entrevistas ocorreram nos meses de setembro e outubro de 2017.

Este capítulo está estruturado em cinco seções, incluindo esta introdução. A segunda traz o referencial teórico, o qual reflete sobre as concepções de educação cooperativista e das práticas pedagógicas. A terceira res-

gata brevemente a história do Sistema Cresol, da cooperativa Cresol Águas Mornas e apresenta o Programa Agentes, objeto deste estudo. Na quarta seção são discutidos os principais resultados da pesquisa e, na sequência, as considerações finais sintetizam os ensinamentos proporcionados pela investigação.

CONCEPÇÕES DE EDUCAÇÃO E AS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS NAS COOPERATIVAS

O movimento cooperativo reconhece formalmente seu nascimento em 1844, com a criação da Sociedade Equitativa dos Pioneiros de Rochdale, que teve como principal finalidade prover alimentos a seus associados. Essa experiência forneceu uma tradução prática e organizacional ao cooperativismo moderno. Porém, antes dessa criação, diversos pensadores já apontavam a importância da educação como elemento fundamental para a criação de uma sociedade mais justa em termos sociais e econômicos. Thomas More foi o primeiro de uma saga de intelectuais de sua época que se enquadraram na tradição do denominado “socialismo utópico”. More, Campanella, mais tarde Saint Simon, Fourier, Owen e outros pensadores que faziam forte crítica ao capitalismo nascente, e criavam horizontes de sociedades igualitárias e radicalmente democráticas, também fizeram, em muitos de seus escritos, reflexões sobre a educação que deveria promover o cooperativismo: a formação para o trabalho libertador, a criação de verdadeiros cidadãos governantes, bem como uma pedagogia integral que revelasse todos os aspectos da personalidade (não apenas os cognitivos, mas também os técnicos, os expressivos, os corporais, entre outros possíveis).

Por outro lado, como parte histórica da América, está o acervo de grandes pedagogos e pedagogias que passaram a fazer parte do diálogo, de maneira mais ou menos explícita, com o enfoque da cooperação. Esse ponto levanta uma tensão com a historiografia oficial do cooperativismo, que figura suas origens nas criações do proletariado europeu. Sem negar essas raízes, o “americanismo”, que renasceu neste turbulento início do século XXI, leva a se pensar nos legados dos povos nativos (que sustentam valores de solidariedade e coletividade muito compatíveis com o ideário do cooperativismo moderno). Assim, é preciso ter em conta um elemento relevante: o cooperativismo não é uma construção homogênea. Uma corrente entende que não cabe ao cooperativismo confrontar a ordem social

hegemônica, o que na atualidade de muitos países significa reforçar ideais e práticas vinculadas ao neoliberalismo. Outra posição – que tem sido defendida por diferentes expressões do cooperativismo da América do Sul – concebe o cooperativismo como uma ferramenta de transformação social.

A educação é um termo polissêmico. Por um lado, supõe uma prática social e histórica, com regras específicas e uma autonomia relativa, com distintos saberes construídos em torno da tríade do educador/educando/conhecimento. Essa prática, a educação, tem nesta dimensão um caráter intencional e supõe a planificação de fins e meios para chegar à aquisição de um determinado conhecimento, saber, perspectiva.

Porém, essa definição deve completar-se com outra ideia tão poderosa quanto: todas as práticas sociais têm uma dimensão pedagógica. Ou seja, se aprende a ser pai, membro de um sindicato, de uma igreja ou de uma cooperativa. Assim, as ações cooperativas são, muitas vezes, entre outras coisas, processos indubitáveis de ensino e aprendizagem (IMEN, 2017). Todas essas aprendizagens têm um caráter difuso, pouco intencional e explícito, pois são ensinamentos advindos da interação com o ambiente.

De acordo com Machado, Campos e Paludo (2008), a pedagogia em si existe somente quando pode ser transformada em prática. E por trás de toda prática educacional há uma pedagogia. Dessa forma, os conceitos de pedagogia, que orientam as ações educativas nas cooperativas, são também pautados por educadores e pedagogos com distintas visões de mundo. Muitas vezes, esses profissionais formam suas concepções a partir do contato com educadores que atuam fora do sistema cooperativo que, por sua vez, também possuem formas próprias de analisar as mudanças de valores e as manifestações culturais observadas nas sociedades. Tal constatação remete à ideia de que a educação está intrinsecamente ligada aos modelos de desenvolvimento presentes nas sociedades onde atua. Portanto, as correntes pedagógicas são as diferentes maneiras sob o qual a educação é entendida, teorizada e praticada.

De maneira geral, uma corrente de pensamento adota o que Paulo Freire, um dos maiores educadores do mundo, denomina de “educação bancária”, na qual o professor é detentor do saber, e seu aluno é um ser que está vazio em termos de conhecimento (FERREIRA; SILVA, 2015). Pela concepção de Freire, a educação bancária transforma os homens em recipientes a serem preenchidos por aqueles que julgam saber ensinar. Esse

ato acaba por defender os interesses do opressor, que trata os homens como seres vazios e dependentes. Na concepção de Paulo Freire, a prática educacional baseada nesses moldes não contribui para formação de sujeitos ativos e críticos.

Em oposição ao pensar bancário, Freire (1987) propõe que a educação seja pensada de forma dialógica, considerando o saber do educando, instigando-o a participar do processo educacional. Freire sempre defendeu a conscientização dos homens como forma de superar sua alienação (RUAS; BRANDÃO; CARVALHO, 2006). Essa concepção tem como ideal abrir caminho para libertação dos oprimidos (FERREIRA; SILVA, 2015), visto que Paulo Freire sempre revelou uma profunda crença no indivíduo humano, na sua capacidade de educar-se como sujeito da história. Ele defendia que todo indivíduo possui saberes, cultura, história e valores que devem ser reconhecidos.

Uma das vantagens da educação libertadora, defendida por Paulo Freire, é a capacidade do educando poder tomar decisões a partir de uma visão crítica da realidade. Os atores sociais envolvidos no processo educacional buscam construir um novo olhar sobre a realidade, no qual não existem verdades absolutas. Outra contribuição da pedagogia freiriana é a compreensão do homem como sujeito da própria história. Esse princípio constitui a base de um processo participativo de desenvolvimento sustentável e coloca o ser humano como protagonista da sua evolução (RUAS; BRANDÃO; CARVALHO, 2006).

Essas diferenças de concepção sobre educação se refletem também nas estratégias de gestão das cooperativas. Existem propostas que avançam em relações ou modelos que se pode definir como democracias participativas diretas, e outras mais delegadas. Em outras palavras, existem fatores subjetivos, culturais, estruturais e organizacionais que fornecem pistas sobre a consistência entre os valores e princípios da cooperação e como isso se traduz em estratégias presentes no modelo de gestão e de participação existentes em cada cooperativa. Nesse contexto, as propostas de educação e formação são indicadores relevantes e significativos sobre os alcances da democracia participativa realmente existente. Ressalte-se que as propostas para educação do cooperativismo latino-americano são também heterogêneas e podem haver perspectivas mais ou menos consistentes com o acervo cooperativista, latino americanismo e radicalmente democrático.

Para se compreender o alcance do quinto princípio do cooperativismo, é fundamental também analisar as diferenças entre educação, formação e informação. Freire (1987) defende a educação como um processo de construção da aprendizagem, no qual há reflexão e envolvimento das pessoas. Como existe forte interação e participação entre os indivíduos, não é simplesmente um ato de recepção de informações, e sim um ato de troca, de ouvir e de participar. A educação é, portanto, a base de um processo de transformação. O mesmo autor também coloca a educação como não sendo neutra, mas como geradora de uma postura investigativa, ativa e crítica do educando. A pessoa se transforma e se torna apta a transformar outras pessoas, é uma dialética de caráter subjetivo (FREIRE, 1987). De acordo com Ferreira e Silva (2015), no meio cooperativista a formação possui, no entanto, caráter mais específico e pontual, podendo ser comparada à capacitação. Geralmente ela é direcionada aos colaboradores, dirigentes e funcionários, mas também pode ser aplicada aos demais associados.

Embora distintas, nas cooperativas, a educação, formação e informação devem ser entendidas como práticas complementares. Quando o indivíduo adquire conhecimento e se modifica, ele transforma o ambiente em que vive, influenciando as pessoas e seu modo de ver as coisas. Aí há educação de fato, muitas vezes por meio de um processo oculto. Há reflexão e troca de saberes. Já na formação cooperativista, há uma transferência de informações, técnica e, por vezes, superficial. As pessoas ouvem e reproduzem o conteúdo, às vezes de forma acrítica. E ainda, diferentemente das anteriores, a informação pode ser considerada a divulgação de dados ou números do sistema cooperativo, como, por exemplo, informativos, *banners* etc. É o caminho pelo qual o associado pode vir a conhecer uma cooperativa e seus benefícios. Por isso, a divulgação de informações deve ser realizada permanentemente (FERREIRA; SILVA, 2015).

Praticamente todas as necessidades do cooperado podem pautar os processos educacionais cooperativistas. Da mesma forma, a educação não ocorre somente nos processos formais, mas pode estar por trás das atividades cotidianas da organização. A cooperativa torna-se um agente de desenvolvimento da pessoa e da localidade, os resultados dessas ações podem ser positivos e duradouros, ao serem incorporados pelas famílias e adaptados à cultura do local onde são aplicados (FERREIRA; SILVA, 2015).

O PROGRAMA AGENTES COMUNITÁRIOS DE DESENVOLVIMENTO DA COOPERATIVA CRESOL ÁGUAS MORNAS

O Sistema Cresol nasceu em 1995, quando um grupo de lideranças, oriundos de movimentos sociais rurais do estado do Paraná, resolveu replicar um modelo de cooperativas de crédito que estava sendo implantado por agricultores familiares de Santa Catarina. Impulsionadas por organizações não governamentais, movimentos sociais e órgãos públicos locais, as novas cooperativas catarinenses eram constituídas de forma independente, sem o aval das grandes cooperativas de produção agrícola. No Paraná, o processo ganha nova dimensão, pois, junto com as singulares independentes, constitui-se uma cooperativa de serviços de segundo grau (denominada de base de serviços). Esse arranjo inédito entre singulares de crédito e uma central de serviços viabilizou a criação do Sistema Integrado de Cooperativas de Crédito Rural com Interação Solidária – Cresol (BÚRIGO, 2007; INFOCOS, 2016).

Muitos fatores auxiliaram na rápida expansão do Sistema Cresol. No plano social, desde os anos 1980, o meio rural do Sul do Brasil observava uma forte mobilização comunitária, que articulava oposições sindicais de trabalhadores rurais, organizações não governamentais, comunidades eclesiais de base da igreja católica, grupos de sem terra em luta pela reforma agrária etc. No plano político, o país vivia o período de redemocratização e de estruturação de políticas públicas advindas da Constituição de 1998. A criação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), em 1995, impulsionou um inédito acesso às linhas de crédito aos pequenos agricultores. A possibilidade de atender agricultores familiares até então alijados das políticas de crédito, associada à forte capacidade de mobilização de sua base social, deu grande impulso às cooperativas Cresol, permitindo que, em poucos anos, o Sistema se propagasse, inicialmente em pequenos municípios do Sul, e, mais tarde, em outros estados do país. Em abril de 2020, o Sistema Cresol contava com um modelo organizacional complexo, alicerçado em 91 cooperativas singulares, quatro centrais de crédito (cooperativa de segundo grau) e uma confederação (cooperativa de terceiro grau)³. O Sistema estava

³ A Confederação Cresol tem sede em Florianópolis (SC). A Central Cresol Baser está localizada em Francisco Beltrão (PR); a Cresol Central SC/RS, em Chapecó (SC); a Cresol Sicoper, em Passo Fundo (RS); e a Central Ascoob, em Serrinha (BA). As antigas bases de serviços regionais estão sendo extintas.

presente em 16 estados brasileiros, onde mais de 500 mil cooperados eram atendidos em 535 agências de relacionamento.

Para fortalecer os processos educacionais, em 2005, a Cresol Baser fundou o Instituto Infocos. Em 2018, o Infocos passou a denominar-se Cresol Instituto⁴ e ampliou suas ações para as cooperativas ligadas às centrais Sicooper e Ascoob⁵.

No ano de 2005, em Águas Mornas, município da Grande Florianópolis (SC), os agricultores familiares, com o auxílio do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, constituíram uma cooperativa de crédito ligada ao Sistema Cresol. Apesar de já produzirem alimentos em qualidade e escala comercial e estarem próximos da capital e de grandes centros de abastecimento – um dos fatores relevantes para seu relativo sucesso econômico – lhes faltava ajuda financeira para aprimorar a produção e impulsionar o desenvolvimento rural do município, por meio da diversificação de suas atividades.

Em pouco tempo, a Cresol Águas Mornas, como era então denominada, ganhou forte respaldo econômico e social, o que permitiu a instalação de várias agências na região da Grande Florianópolis. Em 2018, ao aderir a uma política de regionalização das singulares apregoada pela Cresol Baser, ela se une a quatro cooperativas de outras regiões do estado para formar a Cresol Vale Europeu. Por ser a mais estruturada, a Cresol Águas Mornas foi escolhida como sede para a nova organização⁶.

O Programa Agentes Comunitários de Desenvolvimento foi concebido em 2000, cinco anos depois da fundação do Sistema Cresol. Até 2017, ano da realização da pesquisa de campo que norteia este trabalho, o Programa Agentes tinha sofrido diversos aprimoramentos e se tornado uma referência dentro do Sistema. Segundo seus idealizadores, o Programa

4 O Cresol Instituto tem por objetivo “fornecer soluções educacionais ao sistema de cooperativas Cresol, pela modalidade presencial e à distância, aos seus colaboradores, conselheiros, cooperados, comunidade e parceiros (...). Seus pilares de atuação são: educação cooperativa e financeira, sustentabilidade e o cooperativismo empreendedor” (CRESOL INSTITUTO, 2020).

5 Trata-se de duas centrais filiadas a uma Confederação, denominada Cresol Confederação. Ambas, assim como a Cresol Baser (que também é uma central) já citada no texto, usam a bandeira Cresol como marca. A Cresol Sicooper possui postos de atendimento no Oeste de SC, no RS, no MT e PE. Já a Ascoob tem o foco de seus trabalhos na BA, SE e AL.

6 Um projeto aprovado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) está analisando os processos de educação na Cresol Vale Europeu. É conduzido pesquisadores do Laboratório de Estudos da Multifuncionalidade Agrícola e do Território (Lemate) da Universidade Federal de Santa Catarina, do qual dois dos autores deste artigo fazem parte.

surgiu pela necessidade de aproximar diretorias e base social das cooperativas e formar novas lideranças cooperativistas. Para isso, os agentes selecionados pelo Programa nas comunidades participavam de um processo de educação/formação e atuavam como representantes e divulgadores da Cresol, além de trazer e levar informações que envolviam a comunidade e a Cooperativa.

A operacionalização do Programa se dava por meio de encontros mensais dos agentes. Nesses encontros, que duravam cerca de duas horas, o agente tomava contato com conteúdos tais como: história, princípios e valores do cooperativismo, origem e estrutura do Sistema Cresol, diretrizes do cooperativismo solidário, importância da agricultura familiar, normas de funcionamento das políticas de crédito rural e outras iniciativas governamentais. Aprendia também noções de gestão cooperativa e desenvolvia sua capacidade de expressar-se e coordenar atividades em grupo. Ao mesmo tempo, o agente era estimulado a transformar sua propriedade rural numa unidade de referência. A ideia era incentivar a estruturação de cadeias produtivas curtas, por meio da organização de cultivos agrícolas ou criação de animais, transformação/beneficiamento e comercialização de produtos locais (INFOCOS, 2016). Geralmente, cada agente participava de 8 encontros por ano, e seu envolvimento no Programa perdurava por três anos. Após esse período, constituía-se uma nova turma e o ciclo era reiniciado.

Em 2019, o Programa Agentes deixou de existir em todo o Sistema Cresol. Segundo os dirigentes do Cresol Instituto, ele não estava mais atendendo as expectativas do público participante e nem dos dirigentes das cooperativas. Nesse mesmo ano, as ações de educação/formação cooperativista do Sistema Cresol passaram por uma grande reorganização. Foi criado o Programa Juntos, incluindo todas as ações educacionais desenvolvidas pelas cooperativas, que passaram a ser divididas em 4 eixos temáticos: cooperar, vivenciar, liderar e participar. Por meio de uma ação denominada Lideranças Cresol, o novo Programa tenta manter a aproximação entre a cooperativa singular e seus cooperados, mas por outro caminho. Essa ação promovida pelo Lideranças Cresol não envolve os agentes, mas os colaboradores das agências (postos de atendimento), que passam a ouvir os anseios da comunidade e dos seus cooperados, por meio de reuniões mensais efetuadas nos espaços da agência. É, portanto, uma tentativa de

manter, e talvez aumentar, o grau de afinidade entre associados e membros das cooperativas que atuam no dia a dia das agências.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A proposta da etapa de campo da pesquisa, realizada em 2017, foi identificar possíveis efeitos que o Programa gerava para a base social e na gestão da Cooperativa. Tendo em conta as concepções de educação de Paulo Freire e o quinto princípio do cooperativismo, procurou-se também observar se havia uma perspectiva transformadora de educação cooperativista na execução do Programa Agentes e Quão Educador, formador ou informador eram suas ações.

Todos os participantes ouvidos destacaram que o Programa teve um papel relevante em suas vidas. Os entrevistados demonstraram que os benefícios foram além de melhorias técnicas, ainda que as questões produtivas relacionadas à agricultura familiar fossem temas recorrentes no andamento do Programa. A declaração ratificava a posição de seus idealizadores, para os quais o Programa era uma oportunidade de se receber e trocar experiências dentro da perspectiva do cooperativismo, qualificava a formação pessoal e ampliava a rede de contatos pessoais e com entidades da sociedade civil, universidades e organizações públicas e privadas (INFOCOS, 2016). Outro benefício era poder captar o sentimento do cooperado, já que os agentes tinham “informações e críticas dos associados que provavelmente não chegavam aos funcionários e demais responsáveis pela Cooperativa. Acredito que seja mais fácil para o sócio expressar o que pensa a outro sócio como ele” (AGRICULTOR PARTICIPANTE).

Notava-se que a maioria dos novos associados tinha como principal motivação as facilidades de acesso ao crédito rural do Pronaf. Por estar situada numa região sem a mesma tradição de mobilização e de cultura política que forjou a criação do Sistema Cresol, os novos cooperados da Cresol Águas Mornas geralmente tinham poucos conhecimentos sobre os valores e princípios cooperativistas e os ideais que embasaram a sua constituição. Esse baixo grau de consciência se juntava a uma rápida expansão da Cooperativa, que depois de pouco tempo de funcionamento já conseguia gerar retornos importantes para os associados, principalmente no acesso ao crédito rural oficial.

Para destacar que esses benefícios só tornavam-se realidade em decorrência dos esforços de muitos associados pioneiros, o Programa procurava, com apoio de antigas lideranças, ampliar a cultura cooperativista a ganhar coesão de sua base social. Mas nem sempre esse objetivo era alcançado, pois “com esse grande dinamismo nos dias atuais, o valor da cooperação tem se perdido. Nós, pequenos agricultores, temos que nos unir para poder alcançar alguma coisa na vida” (AGRICULTOR PARTICIPANTE).

Em relação à compreensão dos participantes e dos idealizadores a respeito dos objetivos do Programa, pôde-se observar certa indefinição em relação ao papel do agente, revelando a presença de uma prática distinta da que assinalava os manuais. Notou-se que havia algumas lacunas na aplicação prática da metodologia do Programa, causadas tanto pelos mediadores quanto pelos participantes. Esperava-se que o agente se aproximasse dos associados para tratar de assuntos gerais e dos destacados acima, mas necessidades relativas à divulgação da marca e dos produtos comerciais da Cresol acabavam sendo priorizadas pelos coordenadores locais do Programa. Com o tempo essa contradição diminuiu:

Antes, o agente tinha a função de ir à comunidade e preencher propostas do Pronaf. [...] Tanto que, antes, o nome do Programa era Agentes Comunitários de Desenvolvimento e Crédito. Após perceber que esta função não cabia mais ao agente, o nome do Programa foi mudado (IDEALIZADOR DO PROGRAMA, CRESOL BASER).

Segundo seus idealizadores, o agente do Programa devia trazer as dúvidas dos cooperados, que têm pouca oportunidade de expressar-se com os dirigentes. Aqui se fala então da participação, do envolvimento do cooperado na tomada de decisão e fiscalização da cooperativa. Participação que vai além do envolvimento de interesse material, voltado a maximizar a utilização de produtos e serviços. De acordo com Ferreira e Silva (2015), às cooperativas cabe o papel de educar e capacitar os associados para a participação, seja em reuniões, palestras, programas de rádio ou outros. Construir espaços para o cooperado falar e expressar-se é fator essencial, ainda mais quando os próprios cooperados não entendem suas opiniões como relevantes.

Ainda segundo Ferreira e Silva (2015), os benefícios da participação geram empoderamento, autoconhecimento, valorização pessoal, tolerância e consciência coletiva. No caso da cooperativa Cresol Águas Mornas, apesar da importância dessa participação ser evidente nos discursos dos propo-

nentes do Programa Agentes, a análise sobre sua operacionalização revela certo desencontro de ideias. De acordo com as informações coletadas no campo, ao mesmo tempo em que os dirigentes e idealizadores afirmavam nos encontros que o agente devia ser participativo, alguns agentes alegavam que, ainda que pudessem expressar livremente sua opinião, ela nem sempre era valorizada nas tomadas de decisão da Cooperativa. Esse descompasso revelou haver limitações no processo educativo do Programa, quando se pensa numa ótica de construção coletiva e de troca dos saberes, de gestão democrática e no potencial transformador da educação cooperativista: “só vai fazer sentido o Programa, quando a Cooperativa o escutar, mesmo que pareça ser impossível a sua colocação. A interface entre a cooperativa e o agente é fundamental. Se não, pode-se criar um diálogo de surdos” (IDEALIZADOR PROGRAMA NO CRESOL INSTITUTO).

Essa frustração dos agentes acabava afetando a imagem externa da Cooperativa, já que o agente é o elo entre cooperativa e cooperado: “tinham que dar mais atenção para o grupo de agentes, que é a vitrine da Cresol. Agente na comunidade tem um papel muito importante” (AGRICULTOR PARTICIPANTE). Ademais, certas demandas dos associados não eram tratadas com os agentes: “muitas coisas vão para a Cooperativa sem passar pelos agentes, e as pessoas perguntam as coisas para nós na rua e nós não sabemos responder” (PARTICIPANTE DO PROGRAMA, COOPERADO).

O Sistema Cresol também se apoiava no Programa Agentes para planejar suas ações em termos de desenvolvimento regional, e poder saber qual tipo de crédito ou outro serviço financeiro eram deficitários naquela região (INFOCOS, 2016). A partir da sensibilização proporcionada pelos agentes, um novo cooperado poderia preferir a Cresol, também porque ela se preocupa com a sua comunidade em distintas dimensões. Ou seja, o lado social tende a aumentar a identidade do associado com a cooperativa e gerar mais fidelidade. Nesse sentido, o agente tinha um papel fundamental no equilíbrio econômico e social, na mediação, na difusão da informação e para a construção coletiva de conhecimento na comunidade. Por outro lado, em função da baixa cultura cooperativista existente no Brasil, é comum que os funcionários de cooperativas tenham dificuldades para entender que o papel da organização vai além do econômico-financeiro. Essa debilidade estava presente especialmente nos colaboradores mais novos,

que não viveram a fase de inicial da Cooperativa, durante a qual a discussão sobre os seus ideais foi intensa.

Conforme citado anteriormente, o quinto princípio do cooperativismo ressalta diferenças entre educação, formação e informação. Nos documentos institucionais e nos materiais didáticos do Programa que a Cooperativa utilizava não existia distinção clara entre formação e educação e de sua real necessidade. Por essa razão, em sua linguagem cotidiana, os operadores do Programa pronunciavam somente a palavra formação, quando na verdade, pelo que se observou empiricamente na Cooperativa, em sua execução havia componentes (ocultos) de cunho educativo. Para o movimento cooperativista, a educação está presente quando, além do conhecimento técnico, desenvolvem-se reflexões sobre a realidade dos educandos. Na Cresol Águas Mornas, ações nesse sentido era uma prática pedagógica desenvolvida pelo Programa Agentes.

Durante a pesquisa na Cooperativa observou-se que esta não distinção entre formação e educação gerava outras consequências negativas. A principal delas era a pouca valorização dada à participação dos agentes nos espaços de decisão da Cooperativa. Se, de um lado, o Programa apregoava que o agente não fosse apenas um repassador de ideias, que possuísse senso crítico, fosse reflexivo nas discussões, de outro, o próprio agente desejava ser mais ouvido pelos colaboradores e dirigentes da Cooperativa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa permitiu constatar que no Brasil a educação cooperativista ainda é pouco entendida e até confundida com a formação cooperativista. Embora seja tão cara para o desenvolvimento do cooperativismo, a própria bibliografia acadêmica do cooperativismo nacional pouco explora a diferenciação entre uma e outra. Essa debilidade pode acabar fortalecendo as concepções inspiradas na educação bancária, que se fundamentam em abordagens acríticas e reprodutoras da ordem social vigente. A ausência dessa clareza afeta quem elabora e executa processos educativos e obscurece o potencial transformador da educação cooperativista. Uma pessoa que ingressa numa cooperativa e desconhece o princípio de educação transformadora – como defende Paulo Freire – pode menosprezar a força da educação e de vários ideais subjacentes à cultura cooperativista, pelas quais o indivíduo aprende, transforma-se e torna-se capaz de transformar seu

meio. Nesse contexto, os programas de educação cooperativista podem desempenhar um papel fundamental e libertador, envolvendo e valorizando o associado de forma muitas vezes não vista nos sistemas de educação tradicional e nas ações de empresas tradicionais, que atuam na lógica capitalista. Esse potencial transformador dos processos educativos cooperativos assume importância maior em países com baixas taxas de escolaridade e com pouca cultura cooperativista, como o Brasil. Talvez, por essa razão, um programa de uma cooperativa, mesmo quando se diz educativo, muitas vezes acaba se concentrando em ações de formação/capacitação ou em processos de cunho meramente informativo.

A pesquisa identificou que o Programa Agentes foi uma importante iniciativa atrelada ao quinto princípio do cooperativismo. Ele teve uma função transformadora para muitos participantes no plano pessoal e, de alguma forma, também fortaleceu o envolvimento da Cooperativa com o meio externo. Isso a aproximava do sétimo princípio, que apregoa a preocupação da cooperativa com a comunidade e seu desenvolvimento sustentado.

Enquanto esteve em vigor, o Programa teve o mérito de propor análises reflexivas em vários aspectos que conformavam a realidade dos seus integrantes. Esse processo o aproximava de uma construção social de caráter educacional e com potencial transformador. Durante os oito anos de existência na Cresol Águas Mornas, ele também colaborou com a criação de novas lideranças cooperativistas, embora esse seja um trabalho de longo prazo e em permanente construção. Após o fim do Programa Agentes, em 2019, parte de suas ideias foi assumida pelo Programa Juntos (Lideranças Cresol). Concepções e práticas que dão forma ao novo Programa não foram aqui abordadas, o que abre um cenário para futuras pesquisas.

Ao analisar uma experiência concreta ligada à educação cooperativista, este trabalho revelou que o tema engendra esforços de natureza complexa, e que envolvem simultaneamente muitos aspectos culturais, sociais, políticos e pedagógicos. Pode-se constatar igualmente que a educação resulta de processos objetivos e subjetivos, que precisam ser desenvolvidos por meio de estímulos contínuos e bem direcionados.

Para os agentes, o envolvimento no Programa por um período de três anos permitia a criação dessa continuidade, o que também gerava uma identidade coletiva e um ambiente favorável à reflexão, ao aprendizado e

às trocas de saberes. Um líder em construção questiona, se envolve, aprende, provoca e é capaz de transformar. Por essa ótica, o Programa Agentes tinha um componente educativo de caráter transformador, mesmo que se apresentasse formalmente como uma ação de formação. Ao incitar a educação de atores sociais transformadores de realidades locais, ele era uma oportunidade de ouro para que a Cresol Águas Mornas ficasse próxima do seu quadro social, diferenciando-se de um banco.

Mas havia um entrave para quem lidava diariamente com o Programa nas cooperativas singulares: levar a voz dos associados para o corpo diretivo. Talvez os mediadores precisassem ter ciência que vivenciavam um processo educativo na ótica da educação transformadora e, como tal, deveriam dispor de ferramentas pedagógicas e espaço político para serem mais atuantes na organização do quadro social. Essa visão teria que se estender aos diretores e a todos os colaboradores (funcionários), pois, na condição de cooperados, também precisam estar preparados para entender os processos educativos transformadores e saber externar os princípios e valores cooperativistas em seu meio social. Essa preparação conjunta daria uma compreensão maior para o quadro social a respeito do potencial da educação e das práticas pedagógicas numa perspectiva libertadora. Esse processo dialógico, associado a uma constante requalificação dos agentes, ajudaria a Cooperativa a desenvolver práticas pedagógicas inovadoras, de modo a torná-la mais preparada para lidar com as necessidades diretas do quadro social. Certamente, essa conduta ampliaria os canais de participação qualificada dos associados na gestão da Cooperativa e ajudaria a fortalecer seu papel de agente de desenvolvimento sustentável. Essa visão estratégica mobiliza a Cooperativa em questões de interesse coletivo, que extrapolam sua ação direta como agente financeiro.

A não valorização substancial dos processos educativos transformadores nas cooperativas não eram debilidades exclusivas da antiga Cresol Águas Mornas e nem do Sistema Cresol. Muito pelo contrário, o cooperativismo nacional sempre avançou muito pouco nesse tema, mesmo tendo Paulo Freire como patrono da educação brasileira. É sabido que em países de enormes desigualdades, em que a educação e a cultura popular são historicamente pouco valorizadas, as cooperativas acabam sendo reflexos de seu meio. A própria cultura cooperativista, ainda pobremente difundida no Brasil, influencia e recebe influência deste pouco interesse dado à edu-

cação libertadora. Ao resgatar seus próprios princípios e se lançar no papel de educador e de agente transformador do meio social, a Cooperativa é capaz de ajudar seus associados e membros das comunidades em que atua a construir uma sociedade mais solidária, reflexiva e menos desigual. Pelo que se viu nesta pesquisa essa caminhada educacional está apenas começando

REFERÊNCIAS

- ALIANÇA COOPERATIVA INTERNACIONAL. *Identidad cooperativa: nuestros principios y valores*, 2020. Disponível em: <<https://www.ica.coop/es/cooperativas/identidad-alianza-cooperativa-internacional>> Acesso em: 31 mar. 2020.
- BÚRIGO, F.L. *Cooperativa de crédito rural: agente de desenvolvimento local ou banco comercial de pequeno porte?* Chapecó: Editora Argos, 2007.
- CRÉSOL INSTITUTO. *Cresol Instituto - institucional*. Disponível em: <<https://www.cresolinstituto.org.br/institucional/paginas.php?page=institucional>>. Acesso em: 22 abr. 2020.
- FERREIRA, G. M.V.; SILVA, D.F. *Educação cooperativista*>. Santa Maria: Universidade Federal de Santa Maria, Colégio Politécnico, Rede e-Tec Brasil, 2015.
- FILHO, L. D. T. *Pelos caminhos do cooperativismo: com destino ao crédito mútuo*. 2. ed. São Paulo: Central das Cooperativas de Crédito do Estado de São Paulo, 2002.
- FREIRE, P. *Pedagogia do oprimido*. 27. ed., São Paulo: Editora Paz e Terra, 1987.
- IMEN, P. Hacia una pedagogia de la solidaridad: Idelcoop y un proyecto educativo del y desde el cooperativismo transformador. Revista *Idelcoop*, Buenos Aires, 221, p. 141-158, mar., 2017.
- INFOCOS - Instituto de Formação do Cooperativismo Solidário. Programa Agentes Comunitários de Desenvolvimento: *Caderno do Agente*. Cresol comunidade v. 2. Francisco Beltrão: Grafisul, 2016.
- MACHADO, C. L. B.; CAMPOS, C.S; PALUDO, C. *Teoria e prática da educação do campo*. Análises de experiências. Brasília: MDA, 2008.
- RUAS, E.D; BANDÁO, I.M.M.; CARVALHO, M.A.T.; *Metodologia participativa de extensão rural para o desenvolvimento sustentável (MEXPAR)*, Belo Horizonte: Emater MG, 2006. Disponível em: < https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/2099413/mod_resource/content/0/LIVRO%20MEXPAR.pdf> Acesso em: 13 out. 2017.
- SERVET, J.; VALLAT, D. (orgs.). *Exclusion et liens financiers*. Rapport du Centre Walras – 2001. Paris: Economica, 2001.